

# *Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira*



*Marcelo Máximo Purificação  
Maria Teresa Ribeiro Pessoa  
Elisângela Maura Catarino  
(Organizadores)*



**Atena**  
Editora

Ano 2020

# *Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira*



*Marcelo Máximo Purificação  
Maria Teresa Ribeiro Pessoa  
Elisângela Maura Catarino  
(Organizadores)*



**Atena**  
Editora

Ano 2020

2020 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2020 Os autores  
Copyright da Edição © 2020 Atena Editora  
**Editora Chefe:** Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Edição de Arte:** Luiza Batista  
**Revisão:** Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais. Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

#### **Editora Chefe**

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira

#### **Bibliotecário**

Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

#### **Conselho Editorial**

##### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

#### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará

Profª Drª. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

#### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza

Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional

Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ

Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista



## Aspectos históricos, políticos e culturais da educação brasileira

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecário** Maurício Amormino Júnior  
**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Edição de Arte:** Luiza Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizadores:** Marcelo Máximo Purificação  
Maria Teresa Ribeiro Pessoa  
Elisângela Maura Catarino

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
A838	<p>Aspectos históricos, políticos e culturais da educação brasileira 1 [recurso eletrônico] / Organizadores Marcelo Máximo Purificação, Maria Teresa Ribeiro Pessoa, Elisângela Maura Catarino. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-211-1 DOI 10.22533/at.ed.111202107</p> <p>1. Educação – Brasil. 2. Educação e Estado. 3. Política educacional. I. Purificação, Marcelo Máximo. II. Pessoa, Maria Teresa Ribeiro. III. Catarino, Elisângela Maura.</p> <p style="text-align: right;">CDD 379.981</p>
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

**Atena Editora**  
Ponta Grossa – Paraná – Brasil  
Telefone: +55 (42) 3323-5493  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.



## APRESENTAÇÃO

É com imenso prazer que apresentamos a vocês caríssimos leitores a Coletânea “Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira”, composta por 71 textos, oriundos de autores de vários lugares do Brasil, organizado em três volumes, que perpassam pela educação brasileira estabelecendo liames com artefatos da história, política e cultura do nosso povo.

Educar é um ato político e ao mesmo tempo cultural. Os aspectos históricos da educação brasileira nos mostram seu percurso, possibilitando-nos, conhecer sua conjuntura e estrutura. Nos dias que correm, cabe o questionamento: que educação atenderia a conjuntura atual marcada por diversidades e por identidades plurais?

Nessa ótica de pensamento, o volume 1 desta coletânea, traz, em dois eixos temáticos, a educação em diálogo com aspectos significativos da diversidade de políticas e de culturas que povoam os espaços educacionais, se materializando em 24 textos reflexivos por onde perpassam termos que servem de guias para importantes debates e discussões. Tais como: autonomia, democracia, saberes pedagógicos, educação popular, sistema, instrução, intervenção, inclusão, prática, reinserção, interdisciplinaridade, direito de escolha, formação de professores, entre outros.

Isto dito, desejamos a todos, uma boa leitura.

Marcelo Máximo Purificação  
Maria Teresa Ribeiro Pessoa  
Elisângela Maura Catarino

## SUMÁRIO

### EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM FOCO - PARTE I

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA ESCOLAR E FERRAMENTAS DE PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR	
Lidnei Ventura Klalter Bez Fontana Roselaine Ripa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1112021071</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>12</b>
A CONTRIBUIÇÃO DE CHARBONNEAU À EDUCAÇÃO: PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE SABERES PEDAGÓGICOS NO BRASIL ENTRE 1959 A 1987	
Jefferson Felliipe Jahnke	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1112021072</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>17</b>
A DEMOCRACIA E A ESCOLA EM UM CENÁRIO PANDÊMICO: A MATERIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DIANTE DA COVID-19	
Renata Cecilia Estormovski Juliana Venzon	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1112021073</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>28</b>
A EDUCAÇÃO POPULAR E O ENSINO DE HISTÓRIA: UM DIÁLOGO PEDAGÓGICO PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA	
Aline Praxedes de Araújo Aparecida Barbosa da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1112021074</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>39</b>
A IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO À DISTÂNCIA, AOS MOLDES DO SISTEMA COLÉGIO MILITAR DO BRASIL, NA FRONTEIRA SUL-MATO-GROSSENSE	
Eduardo Freitas Gorga Elisa Pinheiro de Freitas	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1112021075</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>53</b>
A IMPORTÂNCIA DO LETRAMENTO NO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA ANÁLISE SOBRE UMA SEQUÊNCIA DIDÁTICA EM UMA TURMA DO 6º ANO	
Rosimere dos Santos Nascimento Alves Hélio Rosa de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1112021076</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>67</b>
A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA NAS CADEIAS PARAENSES: ORIGENS E FUNCIONAMENTO (1871-1940)	
Cilicia Iris Sereni Ferreira Orlando Nobre Bezerra de Souza Ney Cristina Monteiro de Oliveira Raimundo Alberto de Figueiredo Damasceno	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1112021077</b>	

**CAPÍTULO 8 ..... 80**

A INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA EM DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NO CONTEXTO DA ORFANDADE E ADOÇÃO

Isabelle Cerqueira Sousa  
Ana Maria Fontenelle Catrib  
Sílvia Helena de Amorim Martins  
Patrícia do Carmo Lima  
Tallys Newton Fernandes de Matos  
Luiza Valeska Mesquita Martins  
Sarah Lorena Silva Macêdo

**DOI 10.22533/at.ed.1112021078**

**CAPÍTULO 9 ..... 92**

A INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO DENTRO E FORA DO AMBIENTE ESCOLAR

Lucio Araujo Fernandes

**DOI 10.22533/at.ed.1112021079**

**CAPÍTULO 10 ..... 104**

A PRÁTICA DO PROFESSOR DE MATEMÁTICA E OS ESPAÇOS NÃO FORMAIS

Rodrigo Bastos Daude  
Carlos Augusto Cardoso de Jesus  
Gabrielle Correia Silva dos Santos  
João Pedro Marques Oliveira

**DOI 10.22533/at.ed.11120210710**

**CAPÍTULO 11 ..... 116**

A REINSERÇÃO DE JOVENS NO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO: O PROJÓVEM URBANO NO HORIZONTE

Maria Aparecida de Queiroz  
Marcos Torres Carneiro

**DOI 10.22533/at.ed.11120210711**

**CAPÍTULO 12 ..... 127**

AQUISIÇÃO DA ESCRITA E APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: VALORIZANDO OS SABERES DA COMUNIDADE LOCAL

Jullyane Glaicy da Costa Ferreira

**DOI 10.22533/at.ed.11120210712**

**EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM FOCO - PARTE II**

**CAPÍTULO 13 ..... 138**

AS CIÊNCIAS SOCIOLOGICA E HISTÓRICA: UMA RELAÇÃO DE INTERDISCIPLINARIDADE ESTRUTURAL

Hélio Fernando Lôbo Nogueira da Gama

**DOI 10.22533/at.ed.11120210713**

**CAPÍTULO 14 ..... 148**

AS CONTRIBUIÇÕES DA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA NA PRÁTICA DO ENSINO FUNDAMENTAL I

Thais Tamires Guimarães da Costa  
Francisca Celia Lima Paula  
José Ygor Ribeiro dos Santos

**DOI 10.22533/at.ed.11120210714**

<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>158</b>
AS GINÁSTICAS E AS DIMENSÕES DO CONTEÚDO NO CONTEXTO ESCOLAR	
Kelly Silva Teixeira Thais Vinciprova Chiesse de Andrade	
<b>DOI 10.22533/at.ed.11120210715</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>174</b>
AS INFLUÊNCIAS DA FILOSOFIA NA FORMAÇÃO DOCENTE	
Leonardo Mendes Bezerra Marinete Aparecida Martins Leo Victorino da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.11120210716</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>182</b>
ASPECTOS HISTÓRICOS, POLÍTICOS E CULTURAIS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: SOBRE A UNIVERSIDADE, UM ESTUDO HISTÓRICO II	
Oscar Edgardo Navarro Escobar	
<b>DOI 10.22533/at.ed.11120210717</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>194</b>
BALANÇO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA: UNIVERSALIZAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: UMA ANÁLISE DA APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS NOS CURSOS DE DIREITO DA REGIÃO DO VALE DO JAURU E DE CÁCERES – MT NO PERÍODO DE 2009-2019	
André Luiz Picoli Herrera	
<b>DOI 10.22533/at.ed.11120210718</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>203</b>
BILINGUISMO NA EDUCAÇÃO DE SURDOS NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	
Lineise Auxiliadora Amarilio dos Santos Cláudia Araújo de Lima	
<b>DOI 10.22533/at.ed.11120210719</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>213</b>
CENTROS RURAIS DE INCLUSÃO DIGITAL E A FORMAÇÃO EM SERVIÇO: REFLEXÕES SOBRE/ A PARTIR DA METODOLOGIA SEQUÊNCIA FEDATHI	
Ana Carmen de Souza Santana Mirley Nádila Pimentel Rocha Roberta Cavalcante de França Lara Saldanha Meneses Nepomuceno	
<b>DOI 10.22533/at.ed.11120210720</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>220</b>
INOVAÇÃO PEDAGÓGICA NA PRÁTICA AVALIATIVA DE UMA GESTÃO DA SALA DE AULA EM CÍRCULO DE CULTURA	
Rilva José Pereira Uchôa Cavalcanti Zelia Maria dos Santos Freitas José Santos Pereira Glória Maria Alves Machado	
<b>DOI 10.22533/at.ed.11120210721</b>	

<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>226</b>
CONTAR E OUVIR HISTÓRIAS: UM JEITO DIFERENTE DA CRIANÇA DESCOBRIR E COMPREENDER O MUNDO	
Maria Cristina Pinheiro da Silva	
Elaine Gaiva Leal	
Vanusa Aparecida Almeida	
Luiz Rodrigues	
<b>DOI 10.22533/at.ed.11120210722</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>233</b>
CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS DAS PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES	
Lucimara da Cunha Santos	
Dafne Fonseca Alarcon	
Soeli Francisca Mazzini Monte Blanco	
<b>DOI 10.22533/at.ed.11120210723</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>243</b>
DIREITO DE ESCOLHA? UM OLHAR SOBRE A SEDUÇÃO POLÍTICA DO NOVO ENSINO MÉDIO	
Erika Aparecida de Paula Silva Lima	
Bárbara Carine Soares Pinheiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.11120210724</b>	
<b>SOBRE OS ORGANIZADORES</b> .....	<b>254</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>256</b>

## A INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO DENTRO E FORA DO AMBIENTE ESCOLAR

*Data de aceite: 01/07/2020*

*Data de submissão: 06/04/2020*

**Lucio Araujo Fernandes**

Polícia Rodoviária Federal, e-mail: [lucio.araujo@prf.gov.br](mailto:lucio.araujo@prf.gov.br)

Rio de Janeiro – RJ

<http://lattes.cnpq.br/3548345298491496>

ID Lattes: 3548345298491496

**RESUMO:** O presente artigo objetiva trazer um olhar crítico sobre fatores epistemológicos, éticos e culturais da educação para o trânsito. A violência no trânsito já é um problema social que causa prejuízos diversos para a sociedade brasileira. Muitos acidentes são causados por falhas humanas, isto é, os acidentes acontecem, em sua maioria, como consequência direta de comportamentos inadequados de motoristas e pedestres. A Educação para o trânsito não tem sido aplicada eficazmente para reduzir a violência no trânsito. A prática psicopedagógica pode ser um instrumento importante para maximizar a eficácia da educação para o trânsito como instrumento capaz de promover aprendizagem efetiva provocando a mudança de comportamento necessária para construção

de um trânsito seguro. A legislação em vigor não prioriza a educação para o trânsito. A metodologia de pesquisa utilizada nesta obra é, quanto a sua natureza, uma pesquisa aplicada, pois objetiva gerar conhecimentos para aplicações práticas dirigidas à solução de problemas específicos e, quanto aos procedimentos técnicos, é uma pesquisa bibliográfica e documental, elaborada a partir de material já publicado, como livros, artigos, periódicos, Internet, etc; e também documentos que ainda não receberam tratamento analítico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Violência no trânsito, Educação, Psicopedagogia, Segurança Pública, Educação para o trânsito.

### PSYCHOPEDAGOGICAL INTERVENTION IN EDUCATION FOR TRAFFIC INSIDE AND OUTSIDE THE SCHOOL ENVIRONMENT

**ABSTRACT:** This objective article brings a critical look at factors epistemological, ethical and cultural in traffic education. Traffic violence is already a social problem that causes several damages to Brazilian society. Many accidents are caused by human error, that is, accidents that occur, mostly, as a direct consequence of inappropriate use of drivers and pedestrians. Traffic education has not been applied effectively to reduce traffic violence. A psychopedagogical

practice can be an important tool to maximize the effectiveness of traffic education, as an instrument capable of promoting effective learning, causing a change in behavior caused by the construction of safe traffic. Current legislation does not prioritize traffic education. The research methodology used in this work, regarding its nature, an applied research, aims to create knowledge for practical applications directed to problem solutions, and as for technical procedures, it is a bibliographic and documentary research, elaborated from material already published, such as books, articles, periodicals, Internet, etc; and also documents that have not yet received analytical treatment.

**KEYWORDS:** Traffic violence, Education, Psychopedagogy, Public Safety, Traffic education.

## 1 | INTRODUÇÃO

A educação é sem dúvida o bem maior de uma sociedade, com ela se constrói a cidadania de um povo. A boa educação é quem define os rumos sociais de uma nação. Em um mundo cada vez mais globalizado é importante que a educação de um país melhore e se desenvolva a cada dia para que este seja competitivo e se destaque no cenário mundial. A educação está também intimamente relacionada com o bem-estar social e a qualidade de vida de um povo. As relações sociais pacíficas, o desenvolvimento da cidadania e o respeito aos direitos e garantias dos indivíduos são bens de extremo valor, resultantes de um sistema educacional eficiente e bem-sucedido. A educação é, portanto, primordial para definir o crescimento ou estagnação de um povo.

Um sistema educacional eficiente deve garantir acesso e qualidade a todo o universo educacional desde a alfabetização, educação básica, educação profissional até a educação superior. Mas não apenas isso, deve haver uma preocupação constante - e por que não inquietante? - De formar cidadãos conscientes e comprometidos com seus deveres sociais. Assim como é importante capacitar para o mercado de trabalho, é também, igualmente importante, educar para o convívio social harmônico, pacífico e justo.

A Constituição Federal de 1998 narra que constituem objetivos fundamentais da República: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. A educação é sem dúvida a principal ferramenta para viabilizar o atingimento desses objetivos.

No Brasil, a regulamentação do sistema educacional, segue prioritariamente os princípios constitucionais, existindo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96 – LDB) como norma principal que rege toda a estrutura educacional do país; é uma legislação com a função de organizar a estrutura da educação brasileira, possui influência inequívoca na formação escolar e acadêmica do país. Para subsidiar a LDB foram criados os Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Infantil (RCNEI), os Parâmetros



Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio (PCN).

Na apresentação do PCN pela Secretaria de Educação Fundamental do Ministério da Educação (SEF/MEC) tem uma afirmação acertada dizendo que o compromisso com a construção da cidadania pede necessariamente uma prática educacional voltada para a compreensão da realidade social e dos direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal, coletiva e ambiental. Para atender essa maior abrangência do compromisso educacional não foram criadas novas disciplinas, mas foram incorporados no currículo os temas transversais que devem ser trabalhados nas áreas e disciplinas já existentes, surgindo assim o conceito didático de transversalidade. O documento afirma ainda que os temas transversais são amplos o bastante para traduzir preocupações da sociedade brasileira de hoje, correspondendo a questões importantes, urgentes e presentes sob várias formas, na vida cotidiana. Para atingir esses objetivos foram então incluídos como Temas Transversais as questões da Ética, da Pluralidade Cultural, do Meio Ambiente, da Saúde e da Orientação Sexual.

Existe, portanto, uma responsabilidade eminente de através da educação interferir positivamente em questões importantes e urgentes que afligem a sociedade brasileira no convívio cotidiano. Sob esse aspecto destaca-se a problemática do trânsito seguro. Valores basilares garantidos pela Constituição Federal, como, por exemplo, o direito à vida e o direito de ir e vir com segurança, estão notoriamente afligidos pelo atual cenário de violência no trânsito que se apresenta como realidade presente. A educação para a cidadania requer, portanto, que questões sociais sejam apresentadas para a aprendizagem e a reflexão dos alunos. Contribuir para redução do número de mortes no trânsito transformando a realidade de um trânsito que produz milhares de vítimas ao longo dos anos em um trânsito regido precipuamente pelo respeito às normas e à prática da cidadania é sem dúvida um desafio para o sistema educacional brasileiro.

Os dados de mortes no trânsito no Brasil são controversos, em face da falta de um sistema seguro de estatísticas, em 2006 um estudo publicado pelo DENATRAN e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA mostrou a dificuldade de consolidação das estatísticas de trânsito e publicou dados alarmantes sobre mortes e prejuízos causados pela violência no trânsito. A Resolução nº 166 de 15 de setembro de 2004 que instituiu as diretrizes da Política Nacional de Trânsito revelou que a cada ano, mais de 33 mil pessoas são mortas e cerca de 400 mil tornam-se feridas ou inválidas em ocorrências de trânsito. Faz ainda uma comparação destes números com outros países mostrando que os índices de fatalidade na circulação viária são bastante superiores aos dos países desenvolvidos e representam uma das principais causas de morte prematura da população economicamente ativa.

A Psicopedagogia em seu amplo universo de atuação é responsável por trabalhar e estudar a aprendizagem transformando para melhor a realidade escolar, busca adequar a escola às demandas da sociedade relacionando o contexto social e os momentos

históricos atuais, incentivando a implantação de projetos que estimulem a autonomia, o senso crítico e a criatividade de alunos e professores.

A aprendizagem humana pode ser considerada o foco principal da psicopedagogia. O tema aprendizagem é bastante complexo, e a psicopedagogia investiga as características da aprendizagem humana, principalmente a forma de aprendizado, buscando o tratamento e prevenção das dificuldades na aprendizagem, assim como de uma possível ineficiência no processo ensino aprendizagem.

Este artigo objetiva tratar da importância da intervenção psicopedagógica na construção de um processo de ensino aprendizagem eficiente, capaz de transformar o indivíduo aprendiz, quanto às suas responsabilidades na construção de um trânsito seguro. O tema se torna muito complexo se consideradas as diversas competências envolvidas nesse processo, inclusive ao tratar das particularidades que surgem quando se consideram as diversas variáveis envolvidas que certamente influenciam na abordagem pedagógica mais adequada como, idade, características regionais, escolaridade, vivência com o trânsito, influência familiar ou de grupo social, etc.

Esse tema pode ser aprofundado em diversas vertentes, entretanto este artigo abordará a temática delimitada na compreensão da importância de uma intervenção psicopedagógica com vistas a otimizar o processo ensino aprendizagem tanto no ambiente escolar quanto em campanhas educativas elaboradas por órgãos do sistema nacional de trânsito, Organizações Não Governamentais ou pelos órgãos de saúde, focando na necessidade de utilização de didática e estratégias de ensino adequadas para os diversos públicos alvo.

## **2 | O SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO**

Com o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n.º 9.394/96), assim como o seu alinhamento e subordinação aos princípios constitucionais, consolidou-se o que atualmente representa a estrutura do funcionamento do sistema educacional no Brasil.

Conforme descrito no artigo 21 da LDB, a educação escolar compõe-se de Educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; e ensino superior. O artigo 22 da mesma lei descreve a finalidade da educação básica como responsável pelo desenvolvimento do educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecendo-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

A educação básica pode ser oferecida no ensino regular e nas modalidades de educação de jovens e adultos, educação especial e educação profissional, sendo que esta última pode ser também uma modalidade da educação superior. O artigo 29 da LDB descreve que a educação infantil, é a primeira etapa da educação básica, tendo

como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

O ensino fundamental, tem como objetivo maior a formação básica do cidadão; O ensino médio é etapa final da educação básica, seu objetivo é promover a consolidação e o aprofundamento dos conteúdos adquiridos no ensino fundamental.

A educação superior dentre outras finalidades, conforme prescreve o artigo 43 da LDB, é responsável por estimular à criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive.

O Art. 26. da LDB teve a redação alterada pela Lei nº 12.796, de 2013. Nele fica determinado que os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

## **2.1 A educação para o trânsito no Brasil**

A LDB não prevê de forma expressa a educação para o trânsito como disciplina obrigatória em nenhuma das fases do ensino. Os parágrafos do artigo 26 da LDB descrevem as disciplinas obrigatórias e suas particularidades. Em complementação à LDB foram criados os Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Infantil (RCNEI), os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio (PCN). Estes surgiram com o objetivo de criar parâmetros capazes de orientar ações educativas do ensino obrigatório, proporcionando melhoria do ensino nas escolas brasileiras.

A presente pesquisa revela que a LDB não contempla o estudo do trânsito em sua base nacional comum, tampouco os RCNEI e os PCN indicam o trânsito sequer como tema transversal. A única menção sobre educação para o trânsito na legislação educacional brasileira é encontrada no PCN do ensino fundamental como sugestão de tema local, entretanto não há qualquer referência nos RCNEI assim como nos PCN do ensino médio.

O trabalho com temas sociais na escola, por tratar de conhecimentos diretamente vinculados à realidade, deve estar aberto à assimilação de mudanças apresentadas por essa realidade. As mudanças sociais e os problemas que surgem pedem uma atenção especial para se estar sempre interagindo com eles, sem ocultá-los. Assim, embora os temas tenham sido escolhidos em função das urgências que a sociedade brasileira apresenta, dadas as grandes dimensões do Brasil e as diversas realidades que o compõem, é inevitável que determinadas questões ganhem importância maior em uma região. Sob a denominação de Temas Locais, os Parâmetros Curriculares Nacionais pretendem contemplar os temas de interesse específico de uma determinada realidade a serem definidos no âmbito do Estado, da cidade e/ou da escola. Uma vez reconhecida a urgência social de um problema local, este poderá receber o mesmo tratamento dado aos outros Temas Transversais. (BRASIL, 1997, Introdução aos parâmetros curriculares nacionais, p. 34)

A citação está presente apenas quando o PCN do ensino fundamental trata dos temas locais, disciplinando que a escola poderá tratar temas reconhecidamente de urgência social de um problema local e este poderá receber o mesmo tratamento dado aos outros Temas Transversais.

Tomando-se como exemplo o caso do trânsito, vê-se que, embora esse seja um problema que atinge uma parcela significativa da população, é um tema que ganha significação principalmente nos grandes centros urbanos, onde o trânsito tem sido fonte de intrincadas questões de natureza extremamente diversa. Pense-se, por exemplo, no direito ao transporte associado à qualidade de vida e à qualidade do meio ambiente; ou o desrespeito às regras de trânsito e a segurança de motoristas e pedestres (o trânsito brasileiro é um dos que, no mundo, causa maior número de mortes). Assim, visto de forma ampla, o tema trânsito remete à reflexão sobre as características de modos de vida e relações sociais (BRASIL, 1997, Apresentação dos temas transversais, p. 45)

A legislação de trânsito no Brasil evoluiu com o passar do tempo inclusive amadureceu a temática da educação para o trânsito. O primeiro Código de Trânsito do Brasil foi o Decreto Lei nº 2.994, em 28 de janeiro de 1941. Passados poucos meses o Decreto Lei nº 3.651 de 25 de setembro de do mesmo ano revogou o antigo código. Não havia qualquer menção sobre educação para o trânsito. Em 1966 foi promulgado com a Lei nº 5.108 em 21 de setembro um novo Código de Trânsito, este trazia em seu texto um artigo que incluía um representante do ministério da educação e cultura como membro do Conselho Nacional de trânsito, órgão máximo normativo da coordenação da política e do sistema nacional de trânsito.

Este código também inovou quando incluiu como competência do Conselho Nacional de Trânsito a responsabilidade por promover e coordenar campanhas educativas de trânsito. Por último, incumbiu ao Ministério da Educação a responsabilidade de promover a divulgação de noções de trânsito nas escolas primárias e de ensino médio do país.

Em vigor até hoje, a Lei nº 9.503 de 23 de setembro de 1997, conhecida como Código de Trânsito Brasileiro, quando de sua concepção foi considerada uma evolução das normas de trânsito, o texto traz punições mais severas para os infratores e pela primeira vez define algumas situações que são consideradas crimes de trânsito. Também evoluiu no contexto educacional, dedicou um capítulo inteiro para tratar da educação para o trânsito, tema esquecido por legislações anteriores.

O artigo 74 abre o capítulo afirmando que “A educação para o trânsito é direito de todos e constitui dever prioritário para os componentes do Sistema Nacional de Trânsito”. O capítulo trata de diversos assuntos como campanhas publicitárias desenvolvidas em nível nacional e, planejamento e parcerias para desenvolver projetos em nível local. É no artigo 76 que o CTB adentra a ceara educacional no que se refere ao ambiente escolar.

Art. 76. A educação para o trânsito será promovida na pré-escola e nas escolas de 1º, 2º e 3º graus, por meio de planejamento e ações coordenadas entre os órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito e de Educação, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nas respectivas áreas de atuação. (BRASIL, Lei 9.503, 1997)

O CTB determina que o Ministério da Educação e do Desporto promova a adoção em todos os níveis de ensino de um currículo interdisciplinar com conteúdo programático sobre legislação para o trânsito.

Entretanto, como visto na análise da legislação educacional brasileira, não existe, de fato, uma disciplina específica para tratar de um conteúdo programático sobre segurança no trânsito. Na prática a educação para o trânsito se resume a campanhas educativas em forma de folhetos, comerciais, anúncios e palestras promovidas por órgãos e entidades relacionadas ao trânsito. Nas escolas o tema é tratado de forma não obrigatória e fica condicionado à motivação e interesse de cada escola; o sucesso e a qualidade desses projetos dependem da capacidade dos pedagogos e professores envolvidos, que muitas vezes não possuem a capacitação adequada sobre o tema trânsito, pois não existe uma obrigatoriedade de haver professores e especialistas dessa área nas escolas do Brasil, sequer para prestar consultoria àqueles que desejam desenvolver projetos de trânsito em suas escolas.

## **2.2 A produção do conhecimento científico**

O investimento em produção de conhecimento acadêmico e de investigações e pesquisas científicas certamente constroem e desenvolvem o conhecimento científico em determinada área do conhecimento. O Doutor em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo, Marcos Araújo Bagno, define pesquisa científica como “a investigação feita com o objetivo expresso de obter conhecimento específico e estruturado sobre um assunto preciso”. Em seu livro, *Pesquisa na escola*, ele cita:

A pesquisa é simplesmente, o fundamento de toda e qualquer ciência digna deste nome. Quando alguém vier lhe falar de alguma ciência, portanto, fique logo atento e procure saber quais foram os últimos avanços conseguidos por esta ciência. Se não houve avanços é porque não houve pesquisas, e se não houve pesquisa é porque não é ciência. (BAGNO, 1998, p.18)

Para que haja uma cultura de pesquisas em determinada área do conhecimento, é necessário que exista um conhecimento acadêmico que o sustente e o oriente. A CAPES (Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior) é o órgão do Ministério da Educação responsável pelo reconhecimento e a avaliação de cursos de pós-graduação stricto-sensu (mestrado profissional, mestrado acadêmico e doutorado) em âmbito nacional.

No portal da CAPES, na internet, é possível pesquisar a relação de todos os cursos de pós-graduação recomendados e reconhecidos pelo MEC, dentre os diversos cursos divididos por área de atuação, não existe nenhum específico para Educação para o Trânsito. Também não existe nada específico para segurança no trânsito. Uma pesquisa mais avançada através dos sites de busca na internet revela que o profissional que pretende se especializar em segurança no trânsito e mais especificamente em educação

para o trânsito não possui muitas opções. Existem alguns cursos de pós-graduação Lato Sensu na área de trânsito, mas nenhum *Stricto Sensu* específico em educação para o trânsito.

O site Portal do trânsito, em artigo recente, comenta a dificuldade de educação permanente para o profissional do trânsito, mesmo neste momento em que a sociedade clama por um trânsito mais seguro. Essa deficiência na formação de profissionais especialistas e pesquisadores na área de trânsito se reflete na ineficiência de projetos e programas de redução de acidentes de trânsito.

A sociedade clama por educação para o trânsito nas escolas desde os anos iniciais até a universidade. Tem sido comum defender que segurança no trânsito deveria ser ensinada como disciplina específica, suplantando o caráter globalizante do ensino brasileiro como rege a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Existe um entrave legal para isso (...) O fato é que as universidades começaram a oferecer cursos específicos em nível de graduação na área de trânsito há pouco tempo (...) Embora as universidades brasileiras ofereçam cursos de pós-graduação na área de trânsito, inclusive na modalidade de Ensino à Distância (EAD), ainda há muitas barreiras (...). Depois de graduado, aí é que aumentam as dificuldades para a formação permanente. As disciplinas que compõem a grade curricular dos cursos na área de trânsito são muitas, mas a oferta principal tem sido em gestão do trânsito como um todo. Mas, só isso não basta! Ainda é muito limitado se considerarmos o vasto campo de atuação do profissional do trânsito. Se a opção for pelo Mestrado, aí é que complica mais ainda. Provavelmente, o profissional do trânsito terá de optar por algum curso de Mestrado em Educação e voltar o tema de pesquisa para a Educação no Trânsito. Mas, cursos específicos de Mestrado em Trânsito com foco em outras possibilidades de atuação do profissional ainda não temos no Brasil. (PONTES, 2013)

Diante da atual oferta acadêmica no Brasil, não existe sequer um mestre ou doutor em educação para o trânsito formado em território nacional. Isso explica em parte porque os dados sobre segurança no trânsito e os projetos de educação para o trânsito, em curso atualmente, não são suficientemente eficientes para atender ao propósito de erradicar a violência no trânsito através da educação.

É comum encontrar textos na internet com ensinamentos errados sobre educação para o trânsito, assinados por pessoas que se auto intitulam especialistas ou consultores em trânsito. Mas de onde veio tal formação?

### **2.3 A formação do motorista profissional**

A Constituição Brasileira de 1988 estabelece em seu Artigo 5.º XIII – “é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer”. Está claro que estas qualificações estão diretamente relacionadas à responsabilidade de cada profissão. Profissões de grandes responsabilidades exigem dos profissionais uma preparação criteriosa e seguem com especializações para aperfeiçoamento, existem também normas dos conselhos de cada categoria.

O exercício da profissão de motorista, na atual legislação, é regido por diferentes normas. A lei n 12.468, de 26 de agosto de 2011 regulamenta a profissão de taxista, alterando a Lei no 6.094, de 30 de agosto de 1974, que não exigia qualquer qualificação



para o exercício da profissão, bastando apenas um requerimento ao órgão de trânsito responsável. Na atual norma o artigo 3º, II prevê curso de relações humanas, direção defensiva, primeiros socorros, mecânica e elétrica básica de veículos, promovido por entidade reconhecida pelo respectivo órgão autorizatório.

A Lei n 12.009, de 29 de julho de 2009 regulamenta o exercício das atividades dos profissionais em transporte de passageiros, “mototaxista”, em entrega de mercadorias e em serviço comunitário de rua, e “motoboy”, com o uso de motocicletas. Dentre as exigências para o exercício da profissão consta no artigo 2º a obrigatoriedade de um curso que será regulado pelo CONTRAN, este estabeleceu pela resolução nº 410, de 2 de agosto de 2012 a obrigatoriedade de um curso com carga horária de 30 horas. O curso, na forma desta Resolução, será ministrado pelo órgão executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal ou por órgãos, entidades e instituições por ele autorizados.

A regulamentação mais recente é a Lei n 12.619, de 30 de abril de 2012 que dispõe sobre o exercício da profissão de motorista. O artigo 1º narra que é livre o exercício da profissão de motorista profissional, atendidas as condições e qualificações profissionais estabelecidas nesta Lei. Estas qualificações se referem aos cursos exigidos pela resolução nº 285, de 29 de julho de 2008. Os cursos exigidos nesta resolução possuem carga horária máxima de 50 horas e alguns podem ser feitos no sistema de educação à distância.

Isto mostra que nem mesmo na formação do motorista profissional, aquele que deveria ser altamente especializado, existe a preocupação por parte do poder público, no que se refere à normatização, de valorizar a educação para o trânsito. Em se tratar de uma formação que certamente enfrentará um público altamente heterogêneo, é mister que as técnicas e métodos de ensino sejam altamente eficazes, para que haja a real aprendizagem e a mudança de comportamento necessária para a formação do profissional habilitado para o trânsito.

Não é objetivo desta pesquisa tratar especificamente da qualidade dos cursos oferecidos, da supervisão pedagógica, da fiscalização da qualidade, do conteúdo programático adotado, nem mesmo trazer uma proposta de alteração, entretanto fica claro que os atuais requisitos para formação do motorista profissional estão aquém do necessário para garantia de um trânsito seguro, o que poderia ser facilmente comprovado com estatísticas sobre infrações de trânsito e suas reincidências, acidentes de trânsito com análise de causas e efeitos e ainda estudos sobre o comportamento dos motoristas profissionais no trânsito. Mas como dito anteriormente, faltam pesquisas científicas sobre o tema de segurança no trânsito.

### **3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A intervenção psicopedagógica busca entender quais os ajustes que devem ser feitos em um contexto de ensino aprendizagem para que esta relação seja a mais proveitosa



possível, isto é, para que o resultado dessa interação seja a efetiva aprendizagem dentro do seu complexo esquema de construção.

O campo de atuação da psicopedagogia não está restrito ao ambiente escolar, mas é útil para enriquecer, melhorar e até mesmo solucionar uma possível ineficiência em qualquer contexto de ensino e aprendizagem dentro e fora da escola.

PONTES, 2010 trata do assunto da intervenção psicopedagógica citando que o psicopedagogo deve estar atento para as condições necessárias para um ambiente adequado de aprendizagem. “O psicopedagogo sabe que para aprender são necessárias condições cognitivas (abordar o conhecimento), afetivas (estabelecer vínculos), criativas (colocar em prática) e associativas (para socializar).”

A aprendizagem não é missão apenas do aluno, mas de uma complexa rede de fatores que se relacionam e que devem ser adequadas para a construção de um ambiente propício e de uma metodologia realmente eficaz

Cabe ao psicopedagogo entender como se constitui o sujeito, como este se transforma em suas diversas etapas de vida, quais os recursos de conhecimento de que ele dispõe e a forma pela qual produz conhecimento e aprende em relação ao grupo e sua reação frente a este. A atuação psicopedagógica tem como base o pensar, a forma como o aprendente pensa e não propriamente o que aprende. É buscar compreender como eles utilizam os elementos do seu sistema cognitivo e emocional para aprender.

A intervenção psicopedagógica é relevante tanto no contexto escolar, na atuação clínica com encaminhamentos adequados, quanto em qualquer ação que envolva a relação de ensino aprendizagem. Em se tratando da educação para o trânsito a psicopedagogia se apresenta como uma ferramenta necessária para organizar e propor alternativas para que os projetos sejam mais eficientes.

No contexto escolar, por se tratar de um tema que não é uma disciplina consolidada e por não haver professores especialistas na “disciplina” trânsito seguro, a intervenção psicopedagógica se faz necessária para adequar a abordagem do tema de forma mais proveitosa.

Nas ações de educação para o trânsito desenvolvidas por diversos órgãos de trânsito para públicos de diversas faixas etárias e diversos contextos sociais e estados emocionais, a intervenção psicopedagógica pode auxiliar na busca de uma forma mais eficaz de abordagem dos temas e proporcionar uma real aprendizagem e reflexão sobre a temática em debate.

As estatísticas mostram números alarmantes sobre as vítimas da violência no trânsito e dentre as poucas pesquisas publicadas sobre o tema divulga-se o dado preocupante que a maioria dos acidentes de trânsito são causados por falhas humanas e poderiam ser evitados se os envolvidos tivessem adotado um comportamento mais seguro. Diante desses dados e de estudos da ONU que incentivam medidas de conscientização para a construção de um trânsito seguro, não restam dúvidas que a educação para o trânsito

bem planejada é uma ferramenta útil para mudar essa triste realidade.

Dentre as diversas medidas que devem ser adotadas para amadurecer e consolidar um sistema de educação para o trânsito mais eficiente é possível citar que o Brasil precisa investir em formação de profissionais capacitados para tratar o tema segurança no trânsito e educação para o trânsito, precisa haver um incentivo à criação de cursos técnicos e superiores, cursos de pós-graduação e a formação de mestres e doutores para que sejam produzidas pesquisas e estudos mais aprofundados sobre o tema que certamente responderão as perguntas que hoje ainda geram dúvidas por falta de conhecimento sobre o assunto.

As pesquisas podem investigar se os atuais cursos para habilitação de motoristas profissionais, os cursos de reabilitação de motoristas infratores, os cursos de formação de instrutores; se os projetos desenvolvidos por órgãos de trânsito, se os projetos desenvolvidos por escolas e instituições diversas, estão trazendo resultados positivos e se precisam ser reformulados. É preciso refletir e estudar com maior profundidade o tema trânsito seguro, para evitar que o debate sobre o tema seja realizado de forma superficial por quem não possui o conhecimento técnico científico adequado sobre o assunto.

## REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. **Pesquisa na escola. O que é ? Como se faz?** 19 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005

BRASIL. \_\_\_\_\_. Constituição Federal. 1998.

\_\_\_\_\_. Lei 9503, de 23 de setembro de 1997. **Institui o Código de trânsito Brasileiro.**

\_\_\_\_\_. Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.**

\_\_\_\_\_. Lei 12.468, de 26 de agosto de 2011. **Regulamenta a profissão de taxista.**

\_\_\_\_\_. Lei 12.009, de 29 de julho de 2009. **Regulamenta o exercício das atividades dos profissionais em transporte de passageiros, “mototaxista”, em entrega de mercadorias e em serviço comunitário de rua, e “motoboy”, com o uso de motocicletas.**

\_\_\_\_\_. Lei 12.619, de 30 de abril de 2012. **Dispõe sobre o exercício da profissão de motorista.**

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais : **Apresentação dos temas transversais, ética** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais : **Introdução aos parâmetros curriculares nacionais** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997.

CONTRAN. Resolução 410, de 2 de agosto de 2012.

\_\_\_\_\_. Resolução 285, de 29 de julho de 2008.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 166 de 15 de setembro de 2004

DETRAN, Coordenadoria de Educação do DETRAN-RJ, **Cartilha para renovação de CNH**. 2010

PONTES, I. A. M. **Atuação psicopedagógica no contexto escolar: manipulação, não; contribuição, sim**. Rev. Psicopedagogia 2010; 27(84): 417-27

PONTES, M. **Dificuldades para a formação de profissionais do trânsito**. Disponível em < <http://portaldotransito.com.br/noticias/post/dificuldades-para-a-formacao-permanente-de-profissionais-do-transito>>, Acesso em 20 mar.2015.

ONU. Organização das Nações Unidas. Resolução ONU nº 2, de 2009

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Adoção 51, 80, 81, 82, 83, 87, 88, 90, 91, 98, 109, 194, 201, 203, 204

Análise de Conteúdo 174, 180

Aprendizagem Significativa 127, 130, 136, 137, 148, 149, 151, 152, 156, 157

Aquisição da Escrita 127

Autonomia 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 24, 28, 30, 37, 42, 43, 49, 64, 95, 120, 164, 172, 180, 181, 187, 188, 189, 219, 235, 244, 245, 249, 250, 252

### B

BNCC 3, 28, 29, 33, 36, 62, 127, 128, 130, 165, 166, 168, 169, 171, 247

Brasil Colônia 70, 182

### C

Círculo de Cultura 220, 221, 222, 223, 224, 225

Conselho Deliberativo 1, 2, 6, 8, 9

Cotas 194, 197, 198, 199, 200, 201, 202

Cultura Popular 30, 31, 127, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137

### D

Democracia 5, 7, 8, 11, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 143, 180, 189, 192, 242, 251, 253

### E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 58, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 77, 78, 79, 89, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 136, 137, 140, 150, 151, 152, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 168, 169, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 180, 181, 182, 183, 184, 186, 187, 188, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 216, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 231, 232, 233, 234, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255

Educação à Distância 39, 100

Educação Básica 3, 4, 18, 25, 42, 47, 62, 65, 67, 68, 93, 95, 96, 105, 127, 128, 129, 130, 132, 136, 137, 168, 169, 171, 172, 180, 203, 224, 238, 244, 245, 247, 250

Educação Física 77, 158, 159, 160, 162, 164, 171, 172, 173

Educação Popular 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 37, 38

Educação Prisional 67

Educação Superior 51, 53, 93, 95, 96, 182, 187, 188, 192, 194, 195, 201, 220, 221, 223, 242

Ensino Fundamental 24, 38, 41, 43, 44, 53, 55, 56, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 94, 95, 96, 97, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 125, 130, 137, 148, 149, 157, 169, 189

Ensino Médio 24, 25, 28, 31, 33, 36, 38, 39, 41, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 54, 65, 94, 95, 96, 97, 121, 169, 178, 199, 201, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253

## F

Formação Docente 155, 174, 176, 178, 180, 219, 254

Formação em Serviço 213, 214, 215, 216, 218

Fronteira 39, 40, 41, 43, 44, 45, 48, 50, 51, 203, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 235, 236

## G

Gestão da Sala de Aula 220, 221, 223

Gestão Democrática 1, 5, 7, 8, 9, 10, 24, 26, 27

Ginásticas 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 167

## H

História 2, 7, 8, 12, 13, 15, 16, 22, 23, 28, 31, 34, 35, 36, 38, 48, 57, 67, 68, 79, 81, 84, 90, 111, 112, 113, 114, 126, 132, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 151, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 166, 170, 175, 177, 180, 182, 183, 187, 190, 191, 192, 193, 219, 226, 227, 228, 229, 230, 232, 235, 238, 243, 244, 252

história da educação 2, 7, 8, 13

História da educação 15, 67, 68, 193

História da Educação 12, 38, 180, 193

## I

Igreja Católica 12

Inclusão 116, 117, 119, 121, 122, 125, 126, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 205, 209, 212, 213, 214, 215, 216, 236, 255

Inclusão Digital 213, 214, 215, 216

Interdisciplinaridade 29, 138, 139, 142, 147, 224, 225, 234, 235, 236, 237, 241, 242

## L

Letramento 53, 54, 55, 58, 61, 65, 66, 127, 129, 130, 131, 211

## M

Mapas Conceituais 148, 151

## **O**

Orfandade 80, 81, 82, 91

## **P**

Paulo Freire 5, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 38, 107, 158, 159, 193, 222, 224, 225

Políticas Afirmativas 194, 196, 197, 198, 199, 200, 202

Políticas Educacionais 2, 3, 17, 19, 24, 61, 113, 120, 182, 224, 244, 254

Psicopedagogia 80, 89, 90, 91, 92, 94, 95, 101, 103

## **R**

Reinserção 116, 117, 118, 119, 121, 125

Residência Pedagógica 148, 149, 151, 156

## **S**

Sociologia 48, 138, 139, 140, 142, 143, 147, 166, 181, 235

## **V**

Violência no Trânsito 92, 94, 99, 101

# *Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira*



[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)



[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)



# *Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira*



[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)



[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)